



--

NOME DO CANDIDATO	Nº DE INSCRIÇÃO	ESCOLA	SALA	ORDEM
--------------------------	------------------------	---------------	-------------	--------------

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do fiscal:
Um Caderno de Questões contendo **50 (cinquenta) questões** objetivas de múltipla escolha.
Uma Folha de Respostas personalizada para a Prova Objetiva.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas e se não há falhas, manchas ou borrões. Se algum desses problemas for detectado, solicite ao fiscal outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- A totalidade da Prova terá a duração de **4h (quatro horas)**, incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva.
- Iniciada a Prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorridas **2h (duas horas)** de prova, devendo, ao sair, entregar ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o Caderno de Questões e a Folha de Respostas da Prova Objetiva. A Folha de Respostas da Prova Objetiva será o único documento válido para correção.
– O candidato somente poderá levar o Caderno de Questões da Prova Objetiva quando faltarem **60 (sessenta) minutos** para o término do horário estabelecido para o fim da prova.
- Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
- Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e, depois da utilização deste, ser submetido a revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato está portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do concurso.
- O candidato, ao terminar a prova, deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar os sanitários.

INSTRUÇÕES – PROVA OBJETIVA

- Verifique se seus dados estão corretos na Folha de Respostas.
- A Folha de Respostas **NÃO** pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- Use caneta transparente de tinta preta.
- Assinale a alternativa que julgar correta para cada questão na Folha de Respostas.
- Para cada questão, existe apenas **1 (uma)** resposta certa – não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emendas ou rasuras.
- O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, completamente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo abaixo:

■
- Todas as questões deverão ser respondidas.

OS TEXTOS E AS QUESTÕES FORAM REDIGIDOS CONFORME O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA, MAS ESTE NÃO SERÁ COBRADO NO CONTEÚDO.



11/2014

Espaço reservado para anotação das respostas - O candidato poderá destacar e levar para conferência.



NOME DO CANDIDATO	Nº DE INSCRIÇÃO
--------------------------	------------------------

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

O gabarito da Prova Objetiva estará disponível no site da **Cetro Concursos (www.cetroconcursos.org.br)** a partir do dia **03 de novembro de 2014**.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto adaptado abaixo, de Rosely Sayão, retirado do Jornal Folha de S.Paulo, para responder às questões de 1 a 3.

Criança cidadã

As crianças são alvo de muitas de nossas contradições. Não consideramos inadequado que elas se manifestem como consumidoras e que façam escolhas dos mais variados tipos; queremos que sejam autônomas com rapidez e isso faz com que se metam em encrências que não lhes fazem bem e que ainda não têm condições de resolver; insistimos para que sejam precoces na aquisição de conhecimentos especializados e que busquem o processo hoje e sempre.

Ao mesmo tempo, consideramos que alguns temas da vida não lhes dizem respeito. Em período eleitoral, dá para perceber que política é um assunto que poucos adultos consideram pertinentes a elas. Mas as crianças não compartilham dessa opinião: elas estão envolvidas com as eleições e com a política. Entretanto, são poucas as que conseguem ter a boa companhia de seus educadores para que comecem a decifrar a complexidade e a importância do assunto.

Você se lembra, caro leitor, que anos atrás as escolas começaram a declarar a importância da educação para a cidadania? Pois é: a maioria colocou essa expressão em seu projeto pedagógico. E o que vemos agora, em tempo de eleição? São poucas as escolas que têm trabalhado o tema em seu cotidiano com os alunos. Muitas até trabalham, mas de um modo tão fragmentado que não colaboram para que o aluno compreenda sobre as eleições como parte de um processo do regime democrático.

Diversas escolas têm realizado a simulação de eleições para que os alunos entendam os cargos disputados e suas funções, e aprendam a argumentar e a observar os candidatos em seu empenho para convencer os eleitores de que são merecedores de seu voto. Boa parte realiza esse trabalho com alunos dos ciclos mais adiantados. Quantas escolas fazem isso com os alunos da educação infantil e dos primeiros anos do fundamental?

Enquanto isso, as crianças, desde a mais tenra idade, declaram sua preferência por este ou aquele candidato de acordo com o que lhes importa – tom de voz, tipo de roupa, cabelo –, xingam sem pudor outros, afirmam com convicção que todo político rouba, pratica corrupção, mente etc.. Muitas crianças testemunham brigas de adultos por causa de suas diferentes preferências políticas, observam a violência da

argumentação utilizada neste período, entram de gaiato em farsas inventadas contra este ou aquele candidato. Assim, qual criança vai se interessar por política? E nós devemos querer que elas se interessem!

Parece que as famílias têm feito mais por seus filhos do que as escolas por seus alunos nessa questão: ouvem o que os filhos têm a dizer sobre os candidatos e explicam, sempre que conseguem, os equívocos de sua opinião, tentam conter o palavreado que eles usam, ensinam o sentido de tantas pesquisas etc.. Mas os pais têm o direito de tentar levar o filho para junto de sua posição ideológica, não é verdade?

Por isso faz tanta falta o trabalho da escola em política e cidadania: ela poderia incentivar os alunos a ter visão crítica, a se interessar pelo assunto sem ter de aderir a candidatos ou partidos, como faz a família, para que, na maturidade, eles façam suas próprias escolhas. Esse trabalho poderia incentivar as novas gerações a querer dar continuidade ao estado democrático e a ter interesse real por política. Não é?

1. De acordo com o texto, analise as assertivas abaixo.
 - I. As crianças querem se envolver com temas como a política, por exemplo, por incentivo dos pais e dos educadores, uma vez que ambos consideram adequado abordar esse tema para que sejam autônomas mais rapidamente.
 - II. Todas as escolas têm trabalhado o tema política com seus alunos, de todos os níveis de escolaridade, porque muitos pais não acham adequado abordar esse tema em casa, transferindo a responsabilidade para a escola.
 - III. O papel da escola é de suma importância no que concerne à política e à cidadania para que os alunos possam ter uma visão crítica e, na maturidade, possam fazer suas próprias escolhas.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

2. Observe o trecho transcrito do texto e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta um sinônimo da palavra destacada de acordo com o contexto.

“(...) a se interessar pelo assunto sem ter de **aderir** a candidatos ou partidos, como faz a família, (...)”

- (A) Criticar.
- (B) Juntar-se.
- (C) Julgar.
- (D) Recriminar.
- (E) Defender.

3. Observe a oração abaixo e, em seguida, assinale a alternativa em que a conjunção destacada estabeleça o mesmo sentido e tenha a mesma classificação que a conjunção destacada na oração abaixo.

“(...) a se interessar pelo assunto sem ter de aderir a candidatos ou partidos, como faz a família, **para que**, na maturidade, eles façam suas próprias escolhas.”

- (A) **Se** você soubesse o quanto a educação é importante, não abandonaria a escola.
- (B) **Mesmo que** os alunos tenham baixo desempenho, não desistirei.
- (C) **Conforme** conversado com a diretora da escola, haverá reunião de pais e mestres na próxima semana.
- (D) **A fim de que** não haja prejuízo, peço para que todos façam a prova em silêncio.
- (E) **Assim que** a professora chegar, sanarei minhas dúvidas.

4. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à ortografia, assinale a alternativa correta.

- (A) Trabalharemos em esquema de revesamento.
- (B) A lâmpada fluorescente queimou.
- (C) Não tenho a pretensão de assumir esta vaga.
- (D) Derrubou o leite no chão, mas não quis enxugar.
- (E) Ela está obsecada por trabalho.

5. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à acentuação e ao contexto, assinale a alternativa correta.

- (A) Tenho que trocar o fluído do freio.
- (B) Convidei os colegas de trabalho para tomar um cafézinho.
- (C) Atente-se para todos os itens do Edital.
- (D) Pouco ocorreu neste interím.
- (E) Não conseguimos entender esta barbárie.

6. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à concordância verbal, assinale a alternativa correta.

- (A) Fui eu quem pagou a conta do restaurante.
- (B) Nem o professor nem o aluno entendeu o que foi proposto na questão do vestibular.
- (C) Confiam-se em relatos absurdos.
- (D) Haviam muitos laudos para análise.
- (E) É duas horas e ainda não terminei o trabalho.

7. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à ocorrência de crase, assinale a alternativa correta.

- (A) Estamos à serviço da prefeitura.
- (B) A professora à qual devo meu aprendizado faleceu ontem.
- (C) Não devo satisfações à qualquer pessoa.
- (D) Cheguei à comprar um celular, mas me arrependi.
- (E) Você deve tomar o remédio gota à gota.

8. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à regência verbal, assinale a alternativa correta.

- (A) Aspiro o cargo de Secretária do Diretor Geral.
- (B) Lembre-se que ele não virá para a aula.
- (C) A empresa não paga os funcionários desde janeiro.
- (D) Perdoei ao meu agressor, mas não quero vê-lo.
- (E) O caçador visou ao alvo antes de atirar precisamente.

9. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à colocação pronominal, assinale a alternativa correta.

- (A) Me contaram casos horríveis a respeito daquela moça.
- (B) Ela é a pessoa que orientou-nos.
- (C) Não mostraram-nos as fotos do corpo.
- (D) Jamais cumprimentaram-se depois do ocorrido.
- (E) Mostrar-lhe-ei meus textos.

10. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto aos vícios de linguagem, assinale a alternativa que apresenta um vício de linguagem.

- (A) Para esta receita, precisarei de um dente de alho.
- (B) Gosto de ler Fernando Pessoa.
- (C) O filme foi baseado em fatos reais.
- (D) Já tentei mil vezes, mas meu celular não funciona.
- (E) As luzes brilhantes olhavam-me com desdém.

11. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à ocorrência de crase, assinale a alternativa correta.

- (A) Estarei no lugar combinado daqui à uma hora.
- (B) Sua apresentação é semelhante à dele.
- (C) Comprei meu carro à prazo.
- (D) Gostaria de agradecer à todos pelos votos de felicidade.
- (E) Visitei à Itália no final do ano passado.

12. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à pontuação, assinale a alternativa correta.

- (A) Por meio de ressonância magnética, verificou-se que a atividade cerebral era muito baixa quando as crianças estavam no computador, mas que, em contrapartida, quando elas tentavam reproduzir as letras, três áreas do cérebro eram ativadas.
- (B) Por meio, de ressonância magnética, verificou-se que a atividade cerebral, era muito baixa quando as crianças estavam no computador, mas que em contrapartida quando elas tentavam reproduzir, as letras, três áreas do cérebro eram ativadas.
- (C) Por meio de ressonância magnética, verificou-se que a atividade cerebral, era muito baixa quando as crianças estavam no computador, mas que, em contrapartida, quando elas tentavam reproduzir as letras, três áreas, do cérebro, eram ativadas.
- (D) Por meio de ressonância magnética, verificou-se que: a atividade cerebral era, muito baixa, quando as crianças estavam, no computador, mas que, em contrapartida quando elas tentavam reproduzir as letras, três áreas do cérebro eram ativadas.
- (E) Por meio de ressonância, magnética, verificou-se que a atividade cerebral era muito baixa quando as crianças estavam, no computador, mas que em contrapartida, quando elas tentavam reproduzir as letras: três áreas do cérebro eram ativadas.

13. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à ortografia, assinale a alternativa correta.

- (A) O relatório apresentado pelo funcionário estava muito suscinto.
- (B) Preciso comprar um aparelho umedecedor para colocar no quarto.
- (C) Ele ficou frustrado por ter sido recusada a sua participação no projeto.
- (D) O pássaro ficava no puleiro e quase não se mexia.
- (E) Ontem não choveu, mas choviscou.

14. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa e quanto à ortografia, assinale a alternativa correta.

- (A) Ele ficou receioso de falar com o chefe.
- (B) Um traço marcante dessa artista é a espontaneidade.
- (C) Aproveito o enejo para desejar boa sorte.
- (D) Pintamos o muro que estava pichado.
- (E) Vamos improvisar um lacre para fechar o malote.

LEGISLAÇÃO

15. Com relação à Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

- (A) Servidor ocupante de cargo efetivo com nível superior da Carreira dos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação poderá ser nomeado Reitor desde que possua o mínimo de 5 (cinco) anos de efetivo exercício em instituição federal de educação profissional e tecnológica.
- (B) Os reitores serão nomeados pelo Ministro da Educação para mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução.
- (C) O mandato de Reitor não poderá ser extinto antes do decurso do prazo por motivo de aposentadoria compulsória.
- (D) Cada Instituto Federal é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada *campus* e a reitoria, inclusive no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.
- (E) Representantes dos estudantes, dos egressos da instituição e da sociedade civil comporão o Conselho Superior, um dos órgãos superiores da administração dos Institutos Federais.

16. Com base na Lei nº 11.091/2005, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () Nível de classificação é o conjunto de cargos de hierarquias distintas, classificados a partir do requisito de escolaridade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada e experiência.
 - () O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á, entre outras formas, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento.
 - () O servidor que fizer jus à Progressão por Capacitação Profissional será posicionado no nível de capacitação subsequente, no mesmo nível de classificação.
- (A) F/ F/ F
 - (B) F/ F/ V
 - (C) V/ V/ F
 - (D) V/ V/ V
 - (E) V/ F/ F

<p>17. Sobre as licenças concedidas ao servidor público, de que trata a Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) A licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para o exterior ou para exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo será por prazo determinado em lei.</p> <p>(B) O servidor terá direito à licença, com remuneração, durante o período entre sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e o dia do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.</p> <p>(C) A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de 3 (três) meses.</p> <p>(D) A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como uma nova licença.</p> <p>(E) Ao servidor em estágio probatório poderá ser concedida licença para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até 3 (três) anos consecutivos, sem remuneração.</p>	<p>É correto o que está contido em</p> <p>(A) II e III, apenas.</p> <p>(B) I e II, apenas.</p> <p>(C) I, apenas.</p> <p>(D) III, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>
<p>18. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade:</p> <p>I. o tempo de serviço público prestado aos Estados, Municípios e Distrito Federal.</p> <p>II. o tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou distrital, anterior ao ingresso no serviço público federal.</p> <p>III. o tempo de serviço em atividade privada, vinculada à Previdência Social.</p> <p>É correto o que está contido em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) I e II, apenas.</p> <p>(C) I, II e III.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) II, apenas.</p>	<p>20. Com base na Lei nº 8.666/1993, assinale a alternativa incorreta.</p> <p>(A) Para fins da lei referida, toda transferência de domínio de bens a terceiros é chamada de alienação.</p> <p>(B) Qualquer cidadão poderá requerer à Administração Pública os quantitativos das obras e preços unitários de determinada obra executada.</p> <p>(C) Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.</p> <p>(D) As obras e serviços não poderão ser executados na forma de execução indireta.</p> <p>(E) A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação.</p>
<p>19. Conforme o disposto no artigo 19 e incisos, da Lei nº 8.666/1993, os bens imóveis da Administração Pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, poderão ser alienados por ato da autoridade competente, observadas, dentre outras regras, a(s) seguinte(s):</p> <p>I. adoção do procedimento licitatório, sob a modalidade de tomada de preços ou leilão.</p> <p>II. avaliação dos bens alienáveis.</p> <p>III. comprovação da necessidade ou utilidade da alienação.</p>	<p>21. A respeito da Lei nº 9.784/1999, é(são) dever(es) do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo:</p> <p>I. não agir de modo temerário.</p> <p>II. formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.</p> <p>III. ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado.</p> <p>É correto o que está contido em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) II, apenas.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) I e II, apenas.</p> <p>(E) II e III, apenas.</p>

22. Considerando a Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa correta.

- (A) Os atos de instrução do processo que exijam a atuação dos interessados devem realizar-se sempre do modo não oneroso para estes.
- (B) Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.
- (C) O interessado, no processo administrativo, não poderá desistir parcialmente do pedido formulado ou renunciar a direitos disponíveis.
- (D) A interposição de recurso administrativo dependerá sempre de caução.
- (E) O recurso interpõe-se por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

23. Sobre a Administração Pública, conforme artigo 37 da Constituição Federal de 1988, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
 - () É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
 - () Os atos de improbidade administrativa importarão a cassação dos direitos políticos.
- (A) F/ F/ F
 - (B) F/ V/ F
 - (C) V/ F/ V
 - (D) V/ V/ F
 - (E) F/ V/ V

24. Com base na Lei nº 8.666/1993, assinale a alternativa que apresenta uma hipótese de inexigibilidade de licitação.

- (A) Quando houver inviabilidade de competição para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (B) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (C) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (D) Para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática à pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico.
- (E) Para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS (CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS)

25. A lógica reducionista à que esteve submetida a educação profissional, subordinada aos interesses imediatos da produção em detrimento do desenvolvimento integral do cidadão, não mais se sustenta. Novas bases conceituais para a educação profissional e tecnológica vêm sendo construídas e defendem

- (A) interesses mais amplos, que privilegiem o conhecimento, o trabalho e a inovação tecnológica.
- (B) processos conceituais mais amplos, que privilegiem as vertentes do universalismo, do trabalho e da transformação tecnológica.
- (C) processos formativos mais amplos, que privilegiem as vertentes do conhecimento universalizado, do trabalho e da inovação tecnológica.
- (D) estruturas que privilegiem o conhecimento produtivo globalizado e do trabalho tecnológico.
- (E) conhecimento tecnológico voltado expressamente às inovações tecnológicas.

26. Como afirma Bastos (1998, p. 32), a característica fundamental da educação tecnológica é a de registrar, sistematizar, compreender e utilizar o conceito de tecnologia, histórica e socialmente construído, para dele fazer elemento de ensino, pesquisa e extensão em uma dimensão que ultrapasse concretamente os limites das aplicações técnicas, como instrumento de inovação e transformação das atividades econômicas em benefício

- (A) do cidadão, do trabalhador e do país.
- (B) do empregador, do trabalhador e do país.
- (C) da sociedade e dos eixos trabalhador e empregador.
- (D) do cidadão, do empregador e da sociedade.
- (E) do cidadão e do empregador, apenas.

27. A educação tecnológica tem o compromisso de romper com a dualidade entre teoria e prática, dimensões indissociáveis para a educação integral, pois nenhuma atividade humana se realiza sem elaboração mental, sem uma teoria em que se referencie, apesar de ser a prática o objetivo final de toda aprendizagem. Tal princípio educativo não admite a separação entre as funções intelectuais e as técnicas e respalda uma concepção de formação

- (A) progressista que diversifique ciência, tecnologia e trabalho, bem como atividades intelectuais e instrumentais.
- (B) tradicional que abarque ciência, tecnologia e trabalho, bem como atividades intelectuais e instrumentais.
- (C) produtivista que alterne ciência, tecnologia e trabalho, bem como atividades intelectuais e instrumentais.
- (D) empirista que intercale ciência, tecnologia e trabalho, bem como atividades intelectuais e instrumentais.
- (E) profissional que unifique ciência, tecnologia e trabalho, bem como atividades intelectuais e instrumentais.

28. Educação engloba os processos de ensinar e aprender. É um fenômeno observado em qualquer sociedade e nos grupos constitutivos destas, responsável pela sua manutenção e perpetuação a partir da transposição, às gerações que se seguem, dos modos culturais de ser, estar e agir. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996 (LDBEN), estabelece que a educação abarca os processos formativos que são iniciados na

- (A) convivência acadêmica, no trabalho, nos círculos culturais e sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações familiares.
- (B) vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.
- (C) vida familiar, na convivência acadêmica e no trabalho e nos círculos sociais.
- (D) convivência humana e na acadêmica e se aprimoram nas instituições de ensino.
- (E) vida familiar, nas instituições de ensino e pesquisa e na convivência do trabalho, apenas.

29. Educação pode ser definida como sendo um processo de socialização dos indivíduos. Ao receber educação, a pessoa assimila e adquire conhecimentos. A educação é dever da família e do Estado, que se inspira e deve ser ministrada com base nos seguintes princípios:

- I. de liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
- II. do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
- III. da unificação entre a educação escolar, o trabalho e as determinações sociais.
- IV. de liberdade e nos ideais de solidariedade humana e apreço à tolerância.
- V. da coexistência de instituições públicas e privadas de ensino e gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

É correto o que está contido em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) I, II, IV e V, apenas.
- (D) I e V, apenas.
- (E) III, IV e V, apenas.

30. Em uma escola inspirada na estética da sensibilidade, o espaço e o tempo são planejados para acolher e expressar a diversidade dos alunos e oportunizar trocas de significados. Neste tipo de escola, a descontinuidade, a dispersão caótica, a padronização, o ruído cederão lugar à continuidade, à diversidade expressiva, ao ordenamento e à permanente estimulação pelas palavras, imagens, sons, gestos e expressões de pessoas que buscam superar a fragmentação dos significados e o isolamento que ela provoca. Finalmente, a estética da sensibilidade não exclui outras estéticas, próprias de outros tempos e lugares. Como forma mais avançada de expressão, ela as subsume, explica, entende, critica, contextualiza, porque

- (A) não convive com a exclusão, a monotomia e a transgressão.
- (B) não convive com a intolerância, a ignorância e a intransigência.
- (C) não convive com a intransigência, a intolerância e a exclusão.
- (D) não convive com o autoritarismo, a intolerância e a intransigência.
- (E) não convive com o ostracismo, a exclusão e a intransigência.

31. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. Os currículos a que se refere a Lei nº 9.394/1996 (LDBEN) devem abranger, obrigatoriamente,

- (A) o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo e o conhecimento biológico e da realidade econômica, social e política do Brasil.
- (B) o conhecimento do mundo físico, natural e científico e as circunstâncias da realidade social e política do Brasil.
- (C) além do estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.
- (D) o aprofundamento nos estudos das matérias normativas e noções do mundo físico e natural e da realidade social do Brasil.
- (E) o conhecimento do mundo e da realidade social, política e estrutural, especialmente do Brasil.

32. Compete ao Ministério Público, mediante articulação entre seus órgãos, organizar, em regime de colaboração, a cooperação e a integração entre os sistemas de ensino, objetivando a padronização de normas e procedimentos em atendimento ao disposto no artigo 80, da Lei nº 9.394/1996 (LDBEN). Neste, o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. Diante do exposto, analise as assertivas abaixo.

- I. As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.
- II. A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá os custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público.
- III. A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativo a cursos de educação a distância.
- IV. A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

É correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I, III e IV, apenas.
- (D) II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

33. Leia o trecho abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

A concepção pedagógica produtivista, segundo Demerval Saviani, postula que a educação é _____ e não apenas _____, pois carrega uma importância decisiva no processo de _____. A referida concepção se desenvolveu a partir das décadas de 1950 e 1960, tornando-se orientação oficial no Brasil.

- (A) um dever do Estado/ um direito do cidadão/ desenvolvimento humano
- (B) um bem de produção/ um direito do cidadão/ desenvolvimento da aprendizagem
- (C) um direito do cidadão/ um dever do Estado/ escolarização
- (D) um dever do Estado/ um bem de consumo/ desenvolvimento técnico
- (E) um bem de produção/ um bem de consumo/ desenvolvimento econômico

34. Denominam-se pedagogias contra-hegemônicas aquelas orientações que não apenas não conseguiram se tornar dominantes, mas que buscam intencional e sistematicamente colocar a educação a serviço das forças que lutam para transformar a ordem vigente, visando a instaurar uma nova forma de sociedade. As pedagogias contra-hegemônicas que situam este âmbito são:

- (A) escolanovista, progressista, libertária, comunista e tecnicista.
- (B) socialista, progressista, tecnicista, libertadora e histórico-não crítica.
- (C) histórico-não crítica, comunista, libertária, tecnicista e escolanovista.
- (D) socialista, libertária, comunista, libertadora e histórico-crítica.
- (E) libertária, socialista, progressista, tecnicista e libertadora.

35. Uma família, que consta de três adultos e quatro crianças, chega ao Estado do Paraná para fixar residência em busca de melhores oportunidades de emprego. Em relação às crianças que estão na fase da educação fundamental, os pais precisam garantir o direito de educação e cumprir seu dever como responsáveis. Em busca de colocação nas escolas das adjacências, os pais enfrentam um grave problema existente na maioria dos estados brasileiros, que é a superlotação das escolas. Cientes de seus direitos e pautados na Lei nº 9.394/1996 (LDBEN), que preconiza que o acesso ao ensino fundamental é obrigatório e gratuito, apelam para o direito público subjetivo. É correto afirmar que esse direito é aquele que

- (A) assegura e obriga a instituição escolar escolhida a conceder a vaga no ensino fundamental aos seus filhos.
- (B) oferece bolsa de estudos em escolas particulares até que surjam vagas nas escolas públicas.
- (C) obriga a escola escolhida a conceder a vaga no ensino fundamental aos seus filhos.
- (D) assegura aos pais o direito de acionar o Poder Público para exigir as matrículas dos filhos.
- (E) assegura e protege os pais de possíveis problemas com os Conselhos Tutelares estaduais e municipais em decorrência de os filhos estarem fora da escola.

36. Segundo a Lei nº 9.394/1996 (LDBEN), são asseguradas às universidades, no exercício de sua autonomia e sem prejuízo a outras universidades, algumas atribuições. Entre elas, está(ão):

- I. receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.
- II. assegurar planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão.
- III. administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos.
- IV. criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino.
- V. aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais.

É correto o que está contido em

- (A) I, apenas.
- (B) I, III, IV e V, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) II e V, apenas.
- (E) III, apenas.

37. A reforma curricular aponta que o currículo, enquanto instrumentação da cidadania democrática, deve contemplar conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana. Assinale a alternativa que os apresenta.

- (A) A vida acadêmica, a vida em sociedade e a atividade produtiva.
- (B) A vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva.
- (C) A vida acadêmica, a vida em sociedade e a atividade profissional.
- (D) A vida em sociedade, a vida acadêmica e a experiência profissional.
- (E) A vida em sociedade, a atividade produtiva e a aprendizagem subjetiva.

38. A União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por aluno e capaz de assegurar ensino de qualidade. É correto afirmar que o custo mínimo por aluno deverá ser calculado pela União

- (A) ao final de cada ano, considerando variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino e terá validade para o ano subsequente.
- (B) a cada dois anos, pois deverá levar em considerando as variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino.
- (C) ao final de cada semestre, levando em consideração variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino, e poderá ser prorrogável para o semestre seguinte.
- (D) anualmente, com validade para dois anos subsequentes, considerando variações do custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino que tenha apresentado resultados satisfatórios.
- (E) ao final de cada ano, com validade para dois anos subsequentes, considerando variações regionais no custo dos insumos e as diversas modalidades de ensino.

39. O artigo 52, da Lei nº 9.394/1996 (LDBEN), descreve que as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior e, em outros aspectos, está incumbida do estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto do regional e do nacional. Nos incisos II e III desse artigo, são implicados que

1. as universidades deveriam possuir um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado.
2. as universidades deveriam possuir um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Considerando determinações acima e após a Lei ser colocada em vigor, as universidades tiveram um período para cumprir o disposto nos incisos II e III. É correto afirmar que o prazo estipulado foi de

- (A) 10 (dez) anos.
- (B) 5 (cinco) anos.
- (C) 8 (oito) anos.
- (D) 3 (três) anos.
- (E) 4 (quatro) anos.

40. Jacques Delors (1998) foi coordenador do “Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI”, no qual apontou como principal consequência da sociedade do conhecimento a necessidade de uma educação continuada. A aprendizagem, ao longo da vida, enseja superar a visão de terminalidade que era atribuída aos cursos, em especial, aos cursos de graduação das faculdades e universidades. A proposição manifestada por Delors apresenta, para a educação, uma aprendizagem ao longo de toda a vida assentada em quatro pilares, os quais são:

- (A) aprender a descobrir, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.
- (B) aprender a conhecer, aprender a aprender, aprender a ser e aprender a fazer.
- (C) aprender a conviver, aprender a aprender, aprender a fazer e aprender a ser.
- (D) aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.
- (E) aprender a colaborar, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser.

41. Celso Vasconcelos (2003) postula que avaliar aprendizagens é um sério problema educacional que nos persegue há muito tempo. Relata que, desde a década de 1960, a grande crítica sobre o modo pelo qual as avaliações são realizadas são os enormes estragos feitos pela prática classificatória e excludente. Segundo o autor, recentemente, a avaliação está também em pauta como decorrência das várias iniciativas tomadas por mantenedoras, públicas ou privadas, no sentido de reverter o quadro de fracasso escolar. Dentre as direções citadas pelo autor para que as mudanças em relação à avaliação ocorram, estão as seguintes:

- (A) **o fortalecimento**: que significa a valorização das práticas inovadoras existentes para que não sejam repetitivas; **o avanço**: que visa à criação de novas práticas; e **a crítica**: que visa a exterminar a presença e influência da avaliação tradicional.
- (B) **o fortalecimento**: que significa a valorização das práticas inovadoras existentes para que não sejam efêmeras; **o avanço**: que visa à criação de novas práticas; e **a crítica**: que visa a regulamentar a presença e influência da avaliação tradicional.
- (C) **o fortalecimento**: que significa a valorização das práticas inovadoras existentes; **o avanço**: que visa à criação de leis que visem à melhoria no modo de avaliar; e **a crítica**: que visa a substituir a avaliação tradicional.
- (D) **o fortalecimento**: que significa a valorização das práticas inovadoras existentes para que não sejam efêmeras; **o avanço**: que visa à criação de novas práticas; e **a crítica**: que visa a não se baixar a guarda em relação à presença e influência da avaliação tradicional.
- (E) **o fortalecimento**: que significa a valorização das práticas existentes revisadas; **o avanço**: que visa à criação de regulamentações e sanções; e **a crítica**: que visa a exterminar a avaliação tradicional.

42. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) analisa as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes. O processo de avaliação utilizado pelo órgão leva em consideração alguns aspectos, como

- (A) o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, a gestão da instituição e o corpo docente.
- (B) os resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), das avaliações institucionais e dos cursos.
- (C) as informações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), a responsabilidade social e o corpo docente.
- (D) a pesquisa, a extensão, as avaliações institucionais e dos cursos.
- (E) as dimensões da pesquisa e a extensão das avaliações institucionais.

43. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver. É correto afirmar que o PDI deve ser elaborado para vigorar por um período de

- (A) 5 (cinco) anos.
- (B) 2 (dois) anos.
- (C) 3 (três) anos.
- (D) 10 (dez) anos.
- (E) a cada 1 (um) ano.

44. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Conforme a Lei nº 9.394/1996 (LDBEN) em vigência, a educação profissional e tecnológica deve abranger os seguintes cursos:

- I. de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.
- II. de educação profissional técnica de nível médio.
- III. de formação acadêmica profissional em nível de mestrado e doutorado.
- IV. de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.
- V. de educação básica e continuada com qualificação tecnológica.

É correto o que está contido em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) V, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, III e V, apenas.

45. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) vincula autonomia e proposta pedagógica que não é uma “norma” nem um documento ou formulário a ser preenchido. Também não obedece a prazos formais nem deve seguir especificações padronizadas. Sua eficácia depende de conseguir pôr em prática um processo permanente de mobilização de “corações e mentes” para alcançar objetivos compartilhados. Na verdade, a proposta pedagógica é a forma pela qual a

- (A) autonomia se exerce.
- (B) educação se concretiza.
- (C) escola se desburocratiza.
- (D) autonomia fica restringida.
- (E) autoridade impera.

46. Para um convívio regular entre as sociedades, sempre se exigiu um comportamento que, ao longo da história, baseou-se nas leis estabelecidas entre seus membros. Esta ação visa, em primeira instância, a proporcionar uma margem de respeito mútuo e a si próprio, havendo, assim, a responsabilidade inerente de se repassar esses padrões a gerações futuras. O repasse ocorre por meio das instituições de ensino, nas quais são dadas as bases para a adaptação na sociedade atual. Baseando-se neste contexto, é correto afirmar que a Ética na Educação tem como objetivo formar cidadãos

- (A) capazes de entender e cumprir as leis estabelecidas pela sociedade.
- (B) conscientes de seus direitos e obrigações dentro da sociedade.
- (C) críticos em relação às leis estabelecidas estabelecidas pela sociedade.
- (D) conscientes, capazes de argumentar sobre seus direitos e deveres dentro da sociedade.
- (E) executores de seus deveres e direitos dentro da sociedade.

47. Em 2008, entrou em vigor a Lei nº 11.645/2008, que alterou definitivamente o artigo 26-A da LDBEN. A nova Lei tornou obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos estabelecimentos de

- (A) ensino fundamental, de ensino médio e do ensino superior públicos e privados.
- (B) ensino médio e superior públicos e privados.
- (C) ensino fundamental, ensino médio, técnico e ensino superior públicos e privados.
- (D) ensino infantil, fundamental e médio públicos e privados.
- (E) ensino fundamental e ensino médio públicos e privados.

48. Os conteúdos referentes à história e à cultura afro-brasileiras e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar preconizado na Lei nº 11.645/2008, a qual indica que esse conteúdo deve ser ministrado, em especial, nas áreas de

- (A) Arte e História Geral.
- (B) Literatura e História brasileiras, apenas.
- (C) Arte, Literatura, História e Sociologia.
- (D) Sociologia, Filosofia, Literatura e História brasileiras.
- (E) Literatura e História brasileiras e Arte.

49. Pelas características do momento que estamos vivendo, devido às novas tecnologias, enfrentamos um desafio intrigante, pois o volume de informações produzido é constantemente superado, colocando novos parâmetros para a formação dos cidadãos. Propõe-se, no nível do Ensino Médio, a formação geral em oposição à formação específica; o desenvolvimento de capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las; a capacidade de aprender, criar, formular, ao invés do simples exercício de memorização. Diante dessa nova realidade, não se trata de acumular conhecimentos somente, a formação do aluno deve ter como alvo principal a aquisição de conhecimentos básicos que incluem a

- (A) ampliação científica baseada na teoria de aplicação das diferentes tecnologias.
- (B) instrução acadêmica e noções em relação às diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação.
- (C) preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação.
- (D) preparação acadêmica e a instrução em relação às possíveis tecnologias relativas às áreas de atuação.
- (E) preparação empírica e o desenvolvimento em relação a inúmeras tecnologias relativas às áreas de atuação.

50. Os objetivos de formação no nível do Ensino Médio priorizam a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. O objetivo que se quer alcançar é que os estudantes desenvolvam competências básicas que lhes permitam ampliar a capacidade de continuar aprendendo. Com base em tais reflexões, as considerações oriundas da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, incorporadas nas determinações da Lei nº 9.394/1996 (LDBEN), preconizam que a educação deve cumprir um triplo papel que abrange os seguintes aspectos:

- (A) social, acadêmico e cultural.
- (B) político, científico e econômico.
- (C) cultural, social e político.
- (D) econômico, científico e cultural.
- (E) acadêmico, científico e cultural.

